

Ditadura Civil-Militar (1964-1985): Educação e Civismo - Um estudo de caso sobre a EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca-CE

The Civil-Military Dictatorship (1964-1985):
Education and Civility – A case study on EEM Joaquim Magalhães
from Itapipoca-CE

Antonio Robson Oliveira
Especialista em ensino de História
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
nosbor_walker@hotmail.com

Recebido em: 05/09/2022
Aprovado em: 30/12/2022

Resumo: O presente artigo analisa as reformas e as ações dos militares no campo educacional, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), tendo como foco as repercussões delas na EEM Joaquim Magalhães, em Itapipoca-CE. Nele é feito um paralelo entre o caráter moralizante do ensino, a criação dos Centros Cívicos e o uso do civismo, nas décadas 60, 70 e 80, período instrumentalizado pelos militares para combater a “subversão” e promover o “progresso” no país. Entretanto, apesar de todo o esforço dos militares, esse modelo educacional também demonstra as suas contradições, principalmente nos Centros Cívicos, por serem órgãos políticos, em um momento de abertura democrática no Brasil.

Palavras-chave: Educação; História local; Ditadura Civil-Militar.

Abstract: This article analyzes the reforms and actions of the military in the educational field during the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), focusing on their repercussions in EEM Joaquim Magalhães, in Itapipoca-CE. In this study, a parallel is drawn between the moralizing character of teaching, the creation of Civic Centers and the use of civics in the 60s, 70s and 80s, a period in which it was used by the military to combat “subversion” and promote “progress” in the country. However, despite all the efforts of the military, this educational model demonstrate the contradictions of dictatorial regime in scholar context, especially in the Civic Centers, as they are political bodies, at a time of democratic opening in Brazil.

Keywords: Education; Local history; Civil-Military Dictatorship.

Introdução

O presente artigo trata sobre as reformas educacionais realizadas durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e os seus reflexos para a EEM Joaquim Magalhães, localizada no município de Itapipoca-CE.

Quanto ao período em questão, utiliza-se o termo Ditadura Civil-Militar, pois, segundo o historiador Daniel Aarão, no livro “Ditadura e Democracia” (2014), ao usar apenas “Ditadura Militar”, se contribui para ocultar tanto a participação dos civis durante a organização do Golpe de 1964, quanto o apoio deles aos governos militares que o sucederam. Portanto, usar o termo “Ditadura Civil-Militar” se mostra mais oportuno para tratar o uso do civismo pelos militares e a aplicação dele em uma escola pública do norte cearense.

O termo civismo, segundo José Silvério Baía Horta (2012), no livro **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)**, é compreendido como uma derivação do conceito histórico de cidadania moderna, surgido com a Revolução Francesa, em que as práticas pedagógicas cívicas, como a valorização da nação e da pátria, vão substituir a educação religiosa. Ele está atrelado à ideia de nacionalismo e de patriotismo, que, durante a Ditadura Civil-Militar, foi instrumentalizada pelos militares como mecanismo de propaganda ideológica do regime.

A Ditadura Civil-Militar, iniciada no ano de 1964, representou a tomada do poder pelos militares, os quais justificavam o golpe como uma reação à suposta ameaça comunista do governo João Goulart e ao crescimento dos movimentos de organização camponesa e operária, como as Ligas Camponesas e o CGT. A repressão sobre eles foi intensa e muitos de seus integrantes foram presos e torturados. Entretanto, esses não foram os únicos grupos duramente reprimidos.

Outro grupo vítima da repressão política foi o movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), por exemplo, sofreram com as medidas autoritárias, o que foi se agravando com a adoção dos Atos Institucionais, cada vez mais repressivos, até chegarem à quase total suspensão dos direitos fundamentais, com o AI-5, em 1968, que retirou qualquer aparência de suposta “democracia” do regime militar.

As prisões em massa durante o Congresso da UNE, a repressão à Passeata dos Cem Mil e a invasão à UNB representaram apenas parte da face cruel do tratamento dado pelo regime militar ao

movimento estudantil, que, pelo desejo dos generais da época, deveria ser expurgado, como afirma Brito:

Os resultados dessa fúria repressiva foram sentidos principalmente pelos militantes do movimento sindical e os ativistas das ligas camponesas. Os expurgos tiveram como alvo também funcionários públicos, juízes e militares. Os estudantes não ficaram imunes, nem o conjunto dos ativistas engajados na luta pelas reformas de base. A militância de esquerda também seria visada. Não por acaso, a UNE e o PCB foram alvos de processos judiciais (BRITO, 2008, p. 114).

A partir desse momento, ficava cada vez mais claro a necessidade, por parte dos militares, de promover mudanças na área educacional, desmobilizando a ação política dos grupos estudantis e legitimando o regime político da época. Para isso, os militares recorreram ao civismo e ao ensino técnico como medidas que revolucionariam a educação brasileira.

Os militares e o civismo

Os militares subiram ao poder com o Golpe civil-militar de 1964, tendo como objetivo: expurgar os indivíduos que, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, eram considerados “inimigos internos”; combater a corrupção; desenvolver o país; e eliminar a ameaça comunista. Em resumo, eles queriam acabar com as pautas comuns dos movimentos políticos, sociais e estudantis, que contavam com a participação popular e representavam uma força de contestação política.

Os militares não só promoveram uma repressão política intensa aos movimentos que se opunham ao autoritarismo, mas também se preocuparam em legitimar o novo regime. Essas ações seriam realizadas por meio da supressão de organizações estudantis, principalmente as universitárias, e da criação da disciplina de Educação Moral e Cívica¹, a fim de construir mecanismos que fortalecessem o moralismo e o patriotismo.

O civismo, no entanto, não era uma novidade daquele período histórico. Ele começa a ser pensado ainda no período imperial, quando as autoridades se preocupavam em incentivar a formação de uma cidadania aliada à moral católica, que fosse capaz de “civilizar” os brasileiros. Entretanto, o

¹ Segundo FILGUEIRAS (2006), a disciplina de Educação Moral e Cívica foi criada em 1969, mas implementada de forma definitiva pelos militares com a Reforma educacional nº 5.692, de 1971, que cria os graus de instrução e o ensino técnico no ensino público. A disciplina, apesar de ser concebida durante a Ditadura Civil-Militar, tem fundamentos que remontam a Era Vargas e a períodos anteriores.

civismo só ganha contornos de prática educacional com a República, quando o novo regime tenta imputar nos brasileiros valores republicanos, mediante o sistema escolar, como afirma Filgueiras:

A escola era o local por excelência que possibilitaria essa formação do homem moderno. Representante do projeto republicano de civilizar as massas, colaborando no processo de desenvolvimento do capitalismo como a industrialização e urbanização (FILGUEIRAS, 2006, p. 23).

A Educação de Moral e Cívica, primeiramente, era uma prática educativa, não chegando a constituir uma disciplina na matriz curricular. Ela ocorria tanto dentro dos conteúdos de Geografia, História e Música, quanto na difusão de símbolos pátrios, do culto à bandeira, aos heróis nacionais e aos fundadores da nação.

Durante a Era Vargas, a Educação de Moral e Cívica foi reformulada e se aproximou novamente dos preceitos da religião, recriando o ensino religioso nas instituições educacionais do país, o que agradou a maioria da população e a Igreja Católica. Essa prática educativa foi reforçada com a obrigatoriedade do canto orfeônico e da educação física, por compreender-se na época que a “raça” brasileira deveria ser formada pelo aperfeiçoamento físico, moral e intelectual do indivíduo, e que apenas as três disciplinas poderiam proporcionar isso.

É importante ressaltar que no mesmo período já havia intelectuais, como é o caso de Francisco Campos, que pensavam no civismo como uma extensão ideológica do militarismo. Segundo HORTA (1994), Francisco Campos defendia essa união, pois ela servia como uma preparação dos civis para a atividade militar, além de fazê-los reconhecer a importância dos militares, heróis brasileiros, para a construção de uma cidadania preocupada com as questões nacionais.

Em resposta a esse tipo de pensamento, são criados os Centros Cívicos (CC), por meio do **Decreto-Lei nº 2072, de 1940**. Eles também não eram novidade, pois, desde o início da República, havia instituições voltadas para a discussão do civismo e do culto a figuras públicas. Entretanto, naquele momento, eles passavam a ser obrigatórios, como instituições que tinham como objetivo desenvolver atividades ligadas à Juventude Brasileira, dentro das escolas.

A Juventude Brasileira era um movimento cívico criado pelo mesmo decreto. Ela tinha como objetivo infundir, nas crianças e nos jovens, o “sentimento de disciplina e educação militar”, semelhante ao escotismo (ABREU, 2010, p. 388). Esse movimento realizaria as suas atividades em espaços escolares, onde deveriam ter instalações próprias, para promover, aos seus filiados, atividades

diversificadas, ligadas à música, à atividade física e à comemoração das datas cívicas, e eventos patrióticos.

Os CC deveriam ter supervisão de um diretor e de um professor, com atividades organizadas e dirigidas pelas inspetorias escolares. Os CC do Estado Novo foram revogados no final da ditadura varguista, mas o seu modelo, autoritário, obrigatório e que incentivava um civismo militarista, foi aproveitado pela Ditadura a partir do Golpe de 1964, que proporcionou uma intensa repercussão na sociedade daquela época.

A Ditadura Civil-Militar e as reformas educacionais

Com objetivo de suprimir os movimentos de oposição estudantil e de propagandear a ideologia do civismo, o governo militar implementou as reformas educacionais do Ensino Superior, em 1968, e do Ensino de 1º e 2º graus, em 1971. Além disso, promoveu a criação de outras leis e de decretos, a fim de ensinar e inculcar valores e conhecimentos, considerados fundamentais, para a formação do modelo ideal de cidadão que se pretendia para o Brasil.

Segundo PLÁCIDO (2014), em 1969 foi instituído o **Decreto-lei nº 869/69**, que tornava obrigatória a inclusão da Educação Moral e Cívica no currículo das escolas de todos os níveis do país. O objetivo dessa disciplina era fortalecer a unidade nacional por meio do culto aos símbolos, às tradições e aos vultos nacionais. Além disso, mediante a disciplina exigida, os estudantes seriam estimulados a obedecer às leis, a trabalhar pelo futuro da nação e a desenvolver a moral baseada nos pressupostos da religião.

O Ensino de Moral e Cívica remonta ao início da República, como prática educacional transdisciplinar, vindo também a aparecer como as atividades extraescolares dos Centros Cívicos, durante a Era Vargas. Entretanto, ela é instituída como disciplina e prática educativa obrigatória apenas com o **Decreto-lei nº 869**, de 1969.

Com a **Lei n.º 5.692**, de 1971, a educação brasileira é dividida em graus de instrução (1º, 2º e 3º grau), sendo o 1º grau correspondente ao atual Infantil e Fundamental; o 2º grau, ao atual Ensino Médio; e o 3º grau, ao Ensino Superior. O 1º grau teria como objetivo, além da educação geral, a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho, não chegando a ser um ensino profissionalizante, mas que buscava a formação para uma vida em sociedade, priorizando o aspecto do trabalho.

Outro ponto de destaque importante é o objetivo da reforma, que pretendia democratizar o acesso da população à escola pública, eliminando o Exame de Admissão, antigo teste que limitava a entrada de estudantes do atual 5º ano para o 6º ano. Ela buscava reduzir a evasão escolar e combater o analfabetismo. Entretanto, essa medida, se não fracassou, teve resultados limitados, pois, apesar do aumento no número de alunos, a evasão tornou-se mais alta, assim como não apresentou aumento nos investimentos na área educacional. Uma consequência notória dessa situação foi a precarização do trabalho docente durante a Ditadura Militar.

A reforma educacional de 1971, do governo militar, instituiu como necessidade a profissionalização da população, o que ocorreria em curto e médio prazos, em todas as escolas públicas e privadas do dito 2º grau (atual ensino médio), que deveriam ofertar cursos profissionalizantes. Elas teriam de escolher os cursos que disponibilizariam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas, como auxiliar de escritório ou de enfermagem, e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia, ao fim do 2º grau, um certificado de habilitação profissional, e os governos estaduais teriam de implementar as medidas para a instalação desses cursos.

A medida tinha dois objetivos: profissionalizar a população durante o chamado “milagre econômico”² e diminuir o acesso à universidade que, segundo os dirigentes militares do período, constituía em “abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento” (BELTRÃO, 2017, p. 2), além de promover o enfraquecimento dos movimentos políticos universitários, diminuindo os focos de contestação política.

Em consonância com essa visão tecnocrata do ensino e buscando garantir uma educação que construísse uma cidadania condizente com os valores patrióticos do regime militar, foram substituídas as disciplinas de Geografia e História pela de Estudos Sociais. A nova disciplina integraria componentes básicos de Geografia e História e buscaria dotar os alunos de uma visão geral do conhecimento socioeconômico brasileiro e mundial, retirando a potencialidade “subversiva” da disciplina de História.

² Segundo o Dicionário Temático do CPDOC FGV: “milagre econômico” foi o período entre 1967 e 1973, em que o Brasil alcançou taxas médias de crescimento econômico muito elevadas e sem precedentes só comparável a outros países como o Japão no pós-guerra. O rápido crescimento foi favorecido pela conjuntura econômica internacional e por programas implementados pelos militares o que propiciou um clima de incentivo ao ufanismo brasileiro.

Ainda entre as medidas da Reforma de 1971, pode-se destacar a recriação dos Centros Cívicos que funcionariam, de forma obrigatória, juntamente com a disciplina de Ensino de Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política Brasileira). Esses órgãos deveriam atuar em todos os níveis do ensino: do nível básico ao superior. No nível básico, eles eram conhecido como Centro Cívico Escolar (CCE) e, no superior, como Centro Superior de Civismo (CSC). Os Centros Cívicos deveriam ser compostos por alunos e professores orientadores e funcionariam dentro dos estabelecimentos de ensino.

Os Centros Cívicos funcionariam mediante a eleição de chapas, sob orientação do Conselho Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e dos preceitos presentes no Guia do Civismo, documento que regulava as atividades do civismo nos órgãos educacionais. Era de responsabilidade dos CCE influenciar a formação e o caráter dos alunos, e prepará-los para vivenciar a “Democracia” em um futuro próximo. Essa formação deveria ocorrer por meio do enaltecimento do civismo, com a realização de atos que exaltavam a Pátria.

Esses órgãos de ensino enalteciam também figuras de destaque da história nacional, como: Tiradentes, D. Pedro II ou Olavo Bilac, este último sendo uma das figuras mais reverenciadas do civismo brasileiro. Os Centros também deveriam seguir o Código de Honra, regimento interno que se baseava no Guia do Civismo e nos ditames da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), que tinha por princípios: honestidade, amor às pessoas, responsabilidade e respeito aos superiores.

As atividades desses centros envolviam o culto à bandeira, que deveria ser feito semanalmente pelos membros, e a organização e a promoção de eventos cívicos, como o desfile do 7 de setembro. Além disso, organizavam ações artísticas e culturais para os membros, a exemplo de jornais, grupos de teatro, festivais de música e de poesia; e, para garantir verba, realizavam gincanas, que tinham uma dupla função: além de angariar fundos, elas serviam para mobilizar os estudantes e a comunidade a comparecer nesses eventos culturais.

Para muitos dos participantes dos CCE, esses órgãos tinham apenas uma função recreativa, voltada para ações culturais e esvaziada da representação ou da discussão de temas políticos. Entretanto, para outros, esses Centros representavam a abertura da experiência política para jovens estudantes que se envolviam nas campanhas eleitorais e nas publicações de jornais e peças que debatiam temas ligados à situação da política local e nacional da época. Para debater as repercussões das mudanças educacionais ocorridas nesse período, no tocante à experiência do civismo durante a

Ditadura Civil-Militar, apresenta-se o caso da EEM Estadual Joaquim Magalhães, situado no município de Itapipoca-CE.

A EEM Joaquim Magalhães e a Lei 5.692/71

A EEM Joaquim Magalhães, fundada em Itapipoca – CE, região norte do Ceará, no ano de 1945, tinha como objetivo inicial a formação de normalistas (professores), para atuar no meio rural, no contexto do chamado ruralismo educacional, que, desde a década de 1930, já criava as suas primeiras escolas no Ceará. Ela seria a primeira instituição de professores na região de Itapipoca.

Entretanto, com a **Lei 5.692/71**, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ocorre uma reforma profunda na educação brasileira. Por meio dela, são criados os graus de instrução: 1º, 2º e 3º. O 1º Grau era a junção do Curso Primário e do Curso Ginásial (atual Fundamental), o 2º Grau era o antigo Curso Colegial (atual Ensino Médio) e o 3º Grau era o atual Ensino Superior. Essa lei também substituiu a formação das Escolas Normais por uma habilitação do 2º Grau, com um curso de 3 anos, que permitia lecionar até a 4ª série, do 1º grau, e outro de 4 anos para o magistério até a 6ª série.

Quem terminava o 1º grau no Colégio Estadual Joaquim Magalhães, a partir de 1972, tinha duas opções: escolher o Pedagógico (antigo Normal) ou o Científico (Assistente de Administração), ambos com duração de 3 anos. Em 1980, o pedagógico ganhou um ano a mais, completando os 4 anos (o 4º pedagógico) para o magistério pleno, que permitia lecionar tanto no 1º, quanto no 2º grau. A criação de habilitações profissionalizantes para o 2º grau, como já citado, tinha por objetivo promover a capacitação dos estudantes para o mundo do trabalho sem necessariamente passar pela Universidade.

Segundo OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; e TEIXEIRA, D. P. (2022), com a reforma de 1971 na educação, a Escola Joaquim Magalhães demonstrou a preocupação de oferecer tratamento médico e dentário numa época em que a saúde pública era totalmente precária, lembrando que o SUS só foi criado em 1989. Como reflexo dessas mudanças, a escola inaugurou seu consultório médico na década de 1970. A principal função dele era fazer o serviço de ambulatório, de vacinação e de medicação de alunos. Essas ações faziam parte de um projeto governamental amplo para tentar baixar as altas taxas de mortalidade infantil nos anos 70.

Outro destaque desse período, na Escola Joaquim Magalhães, é a criação do Centro Cívico Olavo Bilac, que tinha como objetivo difundir a ideologia do civismo entre a comunidade escolar. Esse órgão estudantil foi criado como homenagem ao poeta, um dos principais destaques na história do

civismo brasileiro. Segundo COLETTI (2021), durante a Ditadura Civil-Militar, Bilac era visto como um símbolo da união entre militares e civis, reverenciado por ajudar na criação dos Tiros de Guerra e incentivar o patriotismo nacional.

O Centro Cívico Olavo Bilac iniciou seu funcionamento em 1972, sob a orientação da diretora na época, Terezinha Sampaio, e de um coordenador, José Ivo Paixão, como recomendado pelo Guia do Civismo. A bandeira do CC foi escolhida por um dos estudantes, Raimundo Lauro Teixeira Filho, e era feita com as cores vermelha e branca: “vermelho significando o sangue derramado pela independência. Branco representando a paz e a liberdade” (OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; TEIXEIRA, D. P., 2022, p. 75). Emblemas, bandeiras e símbolos eram significativos porque faziam parte da mística desses órgãos.

Durante os anos seguintes, ficou registrado que o Centro Olavo Bilac participou intensamente das comemorações cívicas, como o desfile do sete de setembro, o aniversário do município de Itapipoca e o centenário de Santos Dummont, seguindo as diretrizes da CNMC, que orientavam os Centros Cívicos a enaltecer eventos e datas de caráter patriótico, nas esferas nacional, regional e local. Neles também eram reverenciadas as biografias de heróis nacionais, como a de Santos Dummont e de Olavo Bilac, além de outras autoridades, como o General Médici e o dirigente cearense Cesar Cals.

Havia também ações do civismo, no período do Regime Militar, que estavam ligadas à assistência social e ao meio ambiente, como a “Semana da Árvore”, o “Dia do Ancião” e a “Semana da Comunidade e da Alimentação”. Essas práticas tinham como objetivo preparar os educandos para se tornar membros atuantes dentro da comunidade, incentivando a cidadania e a preocupação com os problemas nacionais.

Completando o tripé da dimensão do civismo (intelectual, moral e físico), o Centro Cívico Olavo Bilac também promovia gincanas e jogos escolares, como os jogos interclasse, que ocorriam internamente, e os jogos olímpicos, que eram feitos entre as escolas. O principal objetivo desses eventos era ampliar o engajamento dos alunos em torno desse órgão e incentivar a realização de atividades físicas e esportivas.

Atividades culturais também eram oferecidas pela instituição, como a banda de música escolar, a competição de poesias, as apresentações artísticas e o serviço de som “A Voz do Estudante”. Em paralelo a essas ações, houve a publicação do jornal “A Voz Estudantil” que, durante o final da

Ditadura Militar, no começo dos anos 80, protagonizou as contradições de um órgão de representação de alunos que vivenciavam o clima de abertura democrática.

“A Voz Estudantil”: entre o autoritarismo e a rebeldia

Segundo OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; TEIXEIRA, D. P., (2022), o jornal “A Voz Estudantil” foi criado pelo professor Francisco Davino Sousa, supervisor do Centro Cívico, por volta do início dos 1980. Naquele período histórico, a Ditadura Civil-Militar já estava em sua fase final e os principais mecanismos de repressão política, como a censura prévia e o AI-5, já haviam caído. Esse clima de abertura política fez com que as pessoas questionassem mais a repressão e o autoritarismo dos militares.

O professor Francisco Davino Sousa não concordava com a organização do Centro Cívico, que seguia os ditames da gestão escolar, baseados no Guia do Civismo e na CNMC. Ele acreditava que o órgão “deveria ser um porta voz dos estudantes e não um ‘garoto de recados’ da direção escolar” (OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; TEIXEIRA, D. P. 2022, p. 76). Ele acabou tendo vários desentendimentos com os dirigentes, por causa das publicações do jornal que traziam questionamentos sobre a política local e os temas nacionais. Segundo GUILHERME (2011), o envolvimento dos Centros Cívicos com a política não era algo raro, e isso é confirmado com declarações feitas por vários ex-membros, que citam a participação nesses órgãos como uma de suas primeiras experiências políticas.

Esse foi o caso do aluno Pedro Montenegro Andrade, que ficou à frente do jornal durante os seus quase dois anos de existência, mesmo com toda a pressão pelo fim do folhetim. Ele pertencia a uma família atuante nas mobilizações contra a Ditadura Civil-Militar, estando um dos seus irmãos, José Montenegro de Lima, na lista de desaparecidos do período. A influência desse personagem no movimento político da Escola Joaquim Magalhães ficou gravada na história da instituição, quando, após o seu falecimento, seu nome foi escolhido para nomear o novo Grêmio Estudantil, criado no período pós-ditadura, depois do fim dos CCE.

Considerações Finais

O Regime Militar de 1964 não se preocupou apenas com a repressão política, como mecanismo para se manter no poder ao longo de cerca de 20 anos, ele empregou também construções ideológicas, principalmente aquelas que se valiam do espaço educacional para serem efetivadas.

A Reforma Educacional de 1971 preocupou-se em ampliar o acesso à escola, promovendo a sensação de “democracia”, para a população, e de progresso, com cursos e habilitações profissionalizantes oferecidos pelas escolas públicas. Todavia, é importante destacar que os avanços foram limitados, pois os investimentos foram reduzidos e a evasão cresceu enormemente.

A EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca-CE também vivenciou essas transformações, quando houve a criação de cursos profissionalizantes e dos Centros Cívicos Escolares (CCE), e a ampliação das matrículas. É possível observar como os governos militares se esforçaram para promover a ideia de progresso, com base nos valores conservadores e autoritários, mas, como Thompson aponta, em seu livro **Costumes em comum**, os indivíduos têm vontade própria e ela é advinda de experiências anteriores, da chamada “cultura costumeira”. Portanto, os indivíduos aderem a costumes e a práticas impostas embasados em suas vontades e não apenas pela simples imposição delas.

Como foi possível observar, mesmo com a imposição do Civismo como uma ideologia do regime militar, ela não conseguiu sufocar as experiências políticas dos estudantes. Pelo contrário, eles viram naqueles órgãos a possibilidade, ainda que limitada, do exercício democrático não permitido pelo Regime Militar. Com base na análise de caso da EEM Joaquim Magalhães de Itapipoca, pode-se afirmar que os CCE permitiram a muitos estudantes o início de suas contestações ao autoritarismo do período.

Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 27 de mar. de 2022.

BELTRÃO, Tatiana. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. **Senado notícias**, 2017. In: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em: 26 de mar. de 2022.

BRITO, Antônio M. F. 2008. **O golpe de 1964, o Movimento Estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Militar (1964 – 1968)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Milagre Econômico Brasileiro. In: _____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>> Acesso em: 10 dez. 2022.

COLETTI, Lara. Uma trajetória intelectual marcada pelo enquadramento de memória: o uso da figura de Olavo Bilac na construção da ditadura civil-militar (1965-1974). **Revista Vernáculo**, n. 47, 2021.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. 2006. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GUILHERME, Karina Clécia da Silva. **Ditadura militar e educação: uma análise do Centro Cívico Escolar (1971-1986)**. 2011.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

OLIVEIRA, A. R.; SILVA, J. E. T.; TEIXEIRA, D. P. **COLÉGIO ESTADUAL: De Escola Normal à Escola de Ensino Médio Joaquim Magalhães**. Itapipoca: Gráfica Santa Fé, 2022, v.1. p.100.

PLÁCIDO, Gilmara Duarte. **Educação, Civismo e Religiosidade durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985)**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de (2014): 1559-0.

REIS, Arão Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil**. Do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 22, p. 149-170, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. 1981. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras.